



DISCURSO DA SENHORA ULRIKA RICHARDSON,

POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA DO 1º CONGRESSO
SOBRE A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NOS PAÍSES LUSÓFONOS E
COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR

Praia, 05 de Maio de 2016

Senhor Presidente da República

Senhor Representante da Delegação da União Europeia

Senhor Representante da CPLP

Senhor Reitor da Universidade Jean Piaget

Senhoras e senhores Representantes da Sociedade Civil

Distintos convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Antes de mais, quero cumprimentar aos presentes e agradecer aos organizadores deste importante congresso sobre a Economia Social e Solidária nos países lusófonos e a Cooperação Sul-Sul e Triangular pelo amável convite para estar aqui nesta sessão de abertura em representação do Sistema das Nações Unidas, e em particular da Organização Internacional do Trabalho em Cabo Verde, e poder endereçar-vos algumas palavras.

Ao longo dos últimos 150 anos, a Economia Social vem ganhando expressão. O conceito de economia social remonta às práticas de

solidariedade interclassistas em reação às transformações económicas e sociais da revolução industrial. Perante uma grande massa de população pobre e com base em princípios como a entreatada, a cooperação e a caridade, abstendo-se de lucros como objetivo primeiro, constituíram-se formas de atividade económica mais solidárias, democráticas e participativas e com autonomia face ao Estado. Hoje, perante o desafio de construção da democracia não será possível este desiderato sem que se cultivem estes valores de subsidiariedade e da participação voluntária.

A economia social não é apenas uma rede de solidariedade. É também uma rede de emprego, de geração de rendimento, de participação cívica, de conhecimento, de inovação, de iniciativa e de coesão territorial. É um pilar importante do desenvolvimento pois contribui para a resolução de problemas de sociedades, permitindo suprir falhas do Estado e do Sector Privado no atendimento às necessidades da população, numa relação conjunta.

Distintos convidados,

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em Setembro de 2015, um conjunto ousado de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com 169 metas. Estes Objectivos têm subjacentes três sérias preocupações: as Pessoas, não deixando ninguém de fora; o equilíbrio do Planeta; e a Prosperidade, visando o desenvolvimento mais acelerado sobretudo dos países menos desenvolvidos. Neste sentido, importa referir que a abordagem integrada, centrada nas pessoas e sensível ao planeta inerente à Economia Social e Solidária está em perfeita harmonia com os desafios de desenvolvimento pós-2015. Daí que, seja este um momento oportuno para reconhecer formas diferentes de atividade económica, tais como as associações e as organizações e

redes da Economia Social e Solidária, que perseguem simultaneamente uma combinação de objetivos e soluções inovadoras para os desafios económicos, sociais, ambientais e emancipatórios.

A Economia Social e Solidária traz para a economia valores como a solidariedade, equidade e governança democrática. Nesse sentido, gostaríamos aqui de destacar alguns dos aspetos do carácter promissor da Economia Social e Solidária, que acreditamos serem fundamentais para o desafio do desenvolvimento socialmente sustentável no início do século XXI:

i) Contribuir para a transição da economia informal para o trabalho decente; ii) Tornar a economia e a sociedade mais verdes e construir cidades sustentáveis; iii) Apoiar o desenvolvimento económico local; iv) Melhorar o bem-estar e proporcionar o empoderamento das mulheres; v) Trabalhar ao nível da segurança alimentar e o empoderamento dos pequenos agricultores; vi) Promover a cobertura universal de saúde; vii) e Promover finanças transformadoras.

Os dados de vários países indicam que a Economia Social está crescendo significativamente. Numa parte dos países do norte da Europa, nomeadamente – a Dinamarca, a Holanda, a Finlândia, a Noruega e a Suécia – a Economia Social e Solidária tem um peso significativo no desenvolvimento destes países, representando cerca de 35% do PIB. Nestes países opera o modelo de economia mista, composto pelos sectores público, privado e social e solidário. Os resultados deste modelo económico são altamente positivos. Nestes países há maior estabilidade económica, política e social, o que permite serem mais resilientes em momentos de crise. A taxa de desemprego é muito baixa, há menos injustiça social, mais solidariedade, menos exploração laboral e precariedade social, mais estabilidade e paz social.

Dados de outros países do mundo, como por exemplo o Brasil, indicam que, em 2014, mais de 3 milhões de pessoas trabalham de forma associativa em iniciativas de Economia Social e Solidária. As cooperativas na Argentina, Brasil, Indonésia e Quênia empregam entre 250 mil e 300 mil pessoas em cada país. Em todo o mundo, as cooperativas asseguram 100 milhões de empregos.

Minhas senhoras e meus senhores,

As ligações históricas entre os países lusófonos iniciaram-se há centenas de anos e a língua portuguesa tem sido um fator comum de identificação entre este conjunto de nações. Na obra de Fernando Pessoa, um dos maiores poetas da língua portuguesa e da literatura universal, podemos encontrar uma frase que exemplifica o caráter aglutinador e a pertença a uma comunidade: “A minha pátria é a Língua Portuguesa”. Esta “pátria” conta agora com mais de 250 milhões de cidadãos que herdaram a língua e a podem usar como vetor de compreensão, entendimento e solidariedade.

Nas últimas décadas têm-se registado grandes avanços no crescimento e desenvolvimento dos países lusófonos, dos quais se salienta o campo social com as correspondentes melhorias no índice de desenvolvimento humano. Em conjugação com os fatores económicos, tem havido uma maior preocupação política com as áreas sociais e isso tem-se refletido nas agendas políticas. De realçar igualmente que apesar dos desafios em curso, os países em desenvolvimento tornaram-se atores importantes no cenário socioeconómico global. Os países enquadrados no Sul Global albergam hoje empresas de peso, com produtos de alta qualidade, detêm competências tecnológicas e têm liderança em instituições financeiras e bancos. Nesta perspectiva a cooperação Sul-

Sul pode desempenhar um papel de relevo na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Acresce que, a criação da CPLP em 1996 e o Memorando de Entendimento com a OIT em 2004 foram fatores importantes que permitiram a extensão de políticas nas áreas do trabalho decente, proteção social e trabalho infantil, e representaram um grande impulso para o aprofundamento da cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação Sul-Sul, a troca de experiências particularmente entre os países lusófonos e com a região Oeste Africana servirá como instrumento de fortalecimento da Economia Social e Solidária, uma vez que a troca de conhecimento e de saberes propiciará a melhoria das condições de funcionamento das experiências em diversos lugares bem como a sua eficácia para desenvolver novas redes e parcerias, sendo muito benéfica para a consolidação do movimento de solidariedade social em Cabo Verde.

Excelências,

Cabo Verde, país anfitrião deste fórum, vem trilhando uma caminhada de desenvolvimento e enquadrando a economia social e solidária desde a sua independência. A sociedade civil estrutura-se, participa ativamente e presta a sua contribuição valiosa para o desenvolvimento do país. A preocupação de sustentabilidade das instituições de solidariedade social em Cabo Verde é pertinente. É pois necessário a regulação de uma relação de parceria com o Estado e outros atores, permitindo a consolidação duma rede de solidariedade humana ainda mais abrangente.

Registamos, com muito apreço, mais um passo dado pelo Governo de Cabo Verde na modernização da legislação com a recente publicação

de duas leis referentes à Economia Social e Solidária e suas organizações, em Março do corrente ano; criando assim condições para a revisão do quadro jurídico das instituições privadas de solidariedade social e das cooperativas. Estaremos, com isto, a criar oportunidades para milhares de caboverdianos que acreditam na cooperação e na autogestão, como outras formas de solução dos problemas económicos e sociais.

Gostaria de finalizar realçando que as Nações Unidas recomendam aos Estados membros o reconhecimento do papel das organizações da economia social e solidária no desenvolvimento sustentável; a promoção do conhecimento dessas organizações e a consolidação das redes na economia social e solidária; o apoio ao estabelecimento de um ambiente institucional e político favorável à Economia Social e Solidária; e que se assegure a coordenação de esforços internacionais, a criação e o reforço de parcerias.

Assim, e realçando o nosso interesse na prossecução de um trabalho comum em prol da Economia Social e Solidária, gostaria de desejar aos presentes um Congresso muito produtivo respondendo aos resultados esperados e que deixem contribuições interessantes para o desenvolvimento do terceiro sector nos países lusófonos.

Obrigada.